



OFÍCIO Nº 115/2011/DLC/SNJ/PMB

Birigui, 31 de agosto de 2011.


À Senhora
RENATA APARECIDA NATAL ZAGO
Pregoeira Oficial/PMB
Birigui-SP

ASSUNTO: Esclarecimento sobre a cláusula 5.8 do Pregão Presencial nº 115/2011

Senhora Pregoeira,

1. Refiro-me ao pedido de esclarecimento encaminhado por Sua Senhoria (fls. 159/160), no qual, em síntese, potencial licitante questiona como será provado o atendimento das exigências das cláusulas 5.8.1, 5.8.2, 5.8.3 e 5.8.4 do edital correspondente.
2. Esclareço que a sistemática adotada se pautou pela solução, em tese, menos onerosa aos licitantes, sem exigir laudos não previstos em lei, até porque o objeto ora licitado não está relacionado em lista daqueles cuja certificação é compulsória¹.
3. Vislumbra-se, assim, que a resposta ao esclarecimento se encontra no próprio "caput" da cláusula 5.8. Isto é, a formulação de "proposta de bens não produzidos pela mesma fabricante de cada impressora implicará adesão ao compromisso de assegurar garantia própria", nos termos ali previstos.
4. Portanto, para fins de participação no certame, basta a proposta, nos termos do edital.
5. A cláusula objeto de questionamento apenas adianta os critérios pelos quais eventuais dúvidas sobre a qualidade do objeto entregue serão dirimidas ao longo da execução contratual, através de quaisquer meios de provas admissíveis em direito.
6. Afinal, pondera-se que, à primeira vista, apenas as exigências da cláusula 5.8.1 podem demandar exame laboratorial. As demais podem ser apuradas por comparação empreendida pela contratante no resultado da utilização do objeto.
7. Com isso, a boa-fé do proponente, pressuposto da modalidade pregão, é valorizada, pois, tanto exigindo quanto não exigindo laudo a respeito das exigências questionadas, o inadimplemento, conforme o caso, poderá acarretar as mesmas responsabilidades civis, administrativas e criminais.
8. Enfim, ressalto estar esta Secretaria à disposição para o assessoramento que se fizer necessário.

Atenciosamente,


VINICIUS VENEZIANO DEMARQUI
Portaria nº 930/2.008
OAB/SP nº 267.002

¹ <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/prodCompulsorios.asp>